

Pulsar dos "Cinco" na cooperação com Portugal

Dom.
21/7/85

— objectivo da CIDAC

por Augusto de Jesus (texto) e Domingos Elias (fotos)

Até aquela primavera de 74, Abril, era simplesmente um comité anticolonial, em tempo das lutas de libertação das colónias portuguesas em África. Clandestino e perseguido também o era, tal como todo aquele que, na altura, se achasse no direito de furar o esquema e, por si ou pelos outros, reclamasse a liberdade de ser, estar e fazer. Da meia dezena de militantes, voluntários, ao que hoje é, cresceu à altura do desenvolvimento dos cinco países africanos de língua portuguesa. Falamos do CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral), uma organização não-governamental portuguesa, que também fala em comemorar o seu 10.º aniversário...

O CIDAC — comité anticolonial — foi criado na perspectiva de apoiar as lutas de libertação dos povos das então colónias portuguesas em África. A sua forma de luta era, essencialmente, no campo da informação, que se fazia, como é óbvio, clandestinamente, e sobretudo no exterior de Portugal, procurando apoio e solidariedade às frentes de libertação, o qual se fazia sentir, por exemplo, nos campos dos refugiados e nas pequenas comunidades emergentes do processo de guerrilha.

Com o estalar do 25 de Abril em Portugal, houve então a preocupação de se recolher toda a imensa documentação inerente aos processos das lutas de libertação dos "cinco", — após a proclamação das independências destes, outras áreas de apoio e solidariedade foram criadas, e alargadas com a criação daquilo que hoje constitui o Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral.

Agostinho Jardim Gonçalves é o responsável do Departamento de Informação e membro do Departamento de Cooperação do CIDAC. Ele está de visita ao nosso País, desde há alguns dias, com uma agenda constante de três pontos principais: «reafirmar amigos de longa data que sempre os acompanharam e nos acompanharam; fazer o ponto da cooperação e da solidariedade entre Moçambique e o CIDAC, nos diversos sectores; começar a ver, nesta nova fase do CIDAC, quais são as prioridades de projectos em comum e o que se espera de nós, CIDAC, agora numa nova fase».

Agostinho Gonçalves caracteriza esta nova fase do CIDAC, como sendo a de «uma viagem de experiência» e opositora pela entrada (em breve) de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), que irá permitir uma maior acção do CIDAC nos seus projectos. Contudo, ele, é peremptório quando faz ressaltar a independência do CIDAC, afirmando que «não precisamos de esperar pela entrada de Portugal na CEE. Já várias vezes estivemos representado na comunidade europeia; já tínhamos o lugar de observadores».

Ele acrescenta que agora, com a adesão de Portugal à CEE, o CIDAC irá usufruir de fundos de co-financiamento e dispor de condições mais favoráveis para apoiar projectos de desenvolvimento. «Estamos a prepararmo-nos para esta nova fase: esta é a razão da minha vinda a Moçambique», diz ele.

O CIDAC ACTUAL

O CIDAC constitui uma ONG (Organização Não-Governamental), das cerca de 12, existentes em Portugal, tal como referiu Jardim Gonçalves. Encabeçada por uma direcção colegial de 8 membros permanentes, encontra-se subdividido, por 4 departamentos: cooperação, documentação, formação e informação.

Relativamente ao Departamento de Cooperação, Jardim Gonçalves afirmou que é o que se integra do acção directa aos países africanos

de língua portuguesa e o que se encarrega pelos projectos de desenvolvimento. O Departamento de Documentação constitui «o único centro de documentação, em Portugal, com documentos únicos dos "cinco", desde o tempo das lutas de libertação: é composto por biblioteca com colecções de jornais, revistas e documentos soltos, audiovisuais e é bastante frequentado — por estudantes, incluindo os africanos e estrangeiros que não encontram documentos semelhantes noutros países».

O Departamento de Formação encarrega-se da «formação de cooperantes para os países africanos de língua oficial portuguesa; a maioria dos cooperantes são estrangeiros e são enviados pelas organizações internacionais e não-governamentais. Já foram formadas várias dezenas e incluído no curso, temos uma introdução, no que os cooperantes vão aprender sobre a situação geral dos países para onde vão trabalhar; a história, cultura, política, etc.».

O Centro possui, igualmente, um Departamento de Informação, «em vias de dinamização» e no qual se prevê para os finais do corrente ano, a criação de um órgão que surge como comemorativo dos 10 anos do CIDAC e dos países para os quais trabalha: Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe.

Entretanto, Agostinho Gonçalves adiantou que o CIDAC torna-se agora virado, também, para os chamados países do Terceiro Mundo, para além dos que vinham constituindo a sua única preocupação.

O NOSSO LUGAR NA COOPERAÇÃO PORTUGUESA

Debruçando-se particularmente sobre a cooperação, Jardim Gonçalves afirmou que «estamos suficientemente equipados para ocupar

disse, ainda, que o próprio CIDAC «desempenhou um papel bastante consistente, forte, quando em períodos difíceis da relação».

Tentando situar esse nível de cooperação existente, o nosso interlocutor comentou que, não tendo Portugal uma tradição de cooperação, (ao contrário de muitos outros países), em virtude de se ter desfeito do colonialismo apenas há 10 anos, as ONG, que o CIDAC também, «estão a dar os primeiros passos» no capítulo da cooperação.

No que toca ao que o CIDAC fez há nestes 10 anos da sua existência, e, portanto, nos 10 anos da independência dos "cinco", Agostinho Gonçalves fez uma sintética exposição, explicitando que o relacionamento unilateral se deu de três maneiras:

«A defesa dos interesses e esforços que estes países fizeram e fazem para serem reconhecidos na sua independência e na sua dignidade, tomando posições não só em Portugal como também no estrangeiro, onde nem sempre eram reconhecidos» (aqui ele fez ressaltar as intervenções feitas em posições públicas, tais como em manifestações e informações periódicas sobre o que se passava nos "cinco"); «o envio de cooperantes nos primeiros tempos, antes que o Governo português o tivesse feito — foram dezenas de cooperantes de diversas áreas, como o ensino, agricultura, informação, etc.»; por último, «a prestação de serviços».

Nesta terceira via de solidariedade, se inserem os projectos de desenvolvimento. Neste pressu, assinalou o aspecto intermediário desempenhado pelo CIDAC, mas argumentando que tratando-se de uma organização de um país de si pobre, «era necessário arranjar financiamento noutras organizações internacionais, como por exemplo, da Holanda da Bélgica, da Alemanha e outros».

COOPERAÇÃO DO CIDAC NA RPM

Já no que diz respeito ao presente estágio de cooperação do CIDAC no nosso País, Agostinho Gonçalves afirmou terem sido traçadas «três áreas imediatas», a saber: «pesca artesanal, zonas verdes (Maputo) e calamidades naturais (Gaza)». Nos projectos de médio prazo ele citou os com a «educação, agricultura, no que toca às aldeias comunais, comunicação social e saúde». Deixou no ar, entretanto, ao longo da conversa, vários projectos em curso, ao fazer alusão, de passagem, ao trabalho desenvolvido por «uma organização francesa, no Hospital Central de Maputo».

Jardim Gonçalves declarou que o trabalho que é feito pelo CIDAC em Moçambique é idêntico ao que é desenvolvido na Guiné-Bissau. Já no final do nosso encontro, a regressando de novo ao CIDAC em Portugal, afirmou que o Centro «acolhe vários grupos de solidariedade com os movimentos de libertação, como o Frente POLISARIO, OLP, os da América Latina e

como quem desabafa, rematou: «grças ao CIDAC, em Portugal ainda se fala de Timor-Leste...»

COMO É JÁ A CNG COMO O CIDAC

É uma organização privada, quase sempre da natureza associativa; uma associação de pessoas que se organiza voluntariamente, elegendo a sua direcção. A ONG é, por definição, não-governamental, distinguindo-se, portanto, dos departamentos oficiais ou dos organismos do Estado. Além disso, é obrigatoriamente uma associação em fins lucrativos, diferenciando-se, deste modo, da empresa privada ou cooperativa; ou de qualquer entidade com fins comerciais ou com objectivos de rentabilidade



económica. Todavia, a ONG dispõe de fundos para o financiamento de projectos de cooperação para o desenvolvimento.

As ONG têm diferentes capacidades financeiras, desde as «modestas» até às «roderosas», mas, geralmente, obtêm os seus meios através de subscrições públicas; campanhas pontuais ou periódicas de recolha de fundos, colectas ou petições; contribuições dos associados; vendas de materiais ou publicações, etc.

Além destes recursos próprios das ONG, em numerosos países existe o sistema de co-financiamento, que consiste numa comparticipação do Estado nos encargos do projecto de cooperação. Assim, nestes casos, quando uma ONG toma a seu cargo um projecto de desenvolvimento num país do Terceiro Mundo, o Governo do País europeu ou norte-americano, a pedido da ONG, contribui com uma certa percentagem do custo global do projecto. Habitualmente, nos países onde é praticada essa percentagem de contribuição estatal, ela pode atingir os 50%, ou mesmo os 75%.

Por sua vez, a CEE tem também uma política de co-financiamento da cooperação das ONG, podendo assegurar metade dos encargos totais. Desta maneira, no caso de uma ONG situada num país da CEE, pode verificar-se a seguinte situação: um país africano propõe a uma ONG um projecto no valor, por exemplo, de 200 mil dólares; a referida ONG entra com 50 mil dos seus próprios recursos, obtém outro tanto do seu governo e obtém da CEE os restantes 100 mil, a fim de completar os 200 mil dólares



o nosso lugar na história da cooperação portuguesa». Tendo dito que o CIDAC é «onde, em Portugal, gravitam todos aqueles que se interessam pela solidariedade de Portugal com os "cinco" países», ele